



De onde vimos? Onde estamos? Para onde vamos? (II)

Por A. Domingues de Azevedo, presidente da Direcção da CTOC

Ao reflectir sobre a nossa profissão, dou comigo a pensar, muitas vezes, na célebre frase de Martin Luther King: *I have a dream*. A força das suas palavras avivava-lhe a esperança que, não obstante as contrariedades, continuava a reinventar no fundo da sua vontade. Ou, então, recordo com frequência o pensamento de John F. Kennedy, quando afirmava: «Não perguntem o que é que o vosso país pode fazer por vocês, mas o que vocês podem fazer pelo vosso país.»

O universo dos Técnicos Oficiais de Contas é hoje muito diferente daquele que existia há dez anos e a tendência é para se caminhar para um universo de maior exigência e rigor. Há espaços de intervenção que, pela sua ligação com as questões contabilísticas e fiscais, tenderão a curto prazo a serem assumidas, em exclusivo, pelos TOC.

Alguns membros, talvez porque ainda não se libertaram da conceptualização da profissão numa óptica de classificar e lançar documentos, sempre que surge a oportunidade de um mais vasto campo de actuação, como aconteceu com a Informação Empresarial Simplificada (IES) e, indirectamente, com diversas medidas integradas no Simplex, clamam aos quatro ventos que tais alterações, em vez de constituírem oportunidades, são convertidas em aumento de trabalho.

Será que nós, que desempenhamos papel fundamental na dinâmica social, que manuseamos os actos conducentes à determinação dos quantitativos que cada cidadão ou empresa deve participar nas despesas sociais, não seremos capazes de nos igualar a outras classes profissionais cuja responsabilidade social é muito menor? Será que não teremos a capacidade de converter em mais-valias as oportunidades que a evolução tecnológica tem colocado à nossa disposição?

É tempo de procurar as energias necessárias para termos comportamentos diferentes daqueles que nos têm norteado. Sei das dificuldades que mui-

tos profissionais atravessam. Sei da concorrência e comportamentos desleais de alguns Técnicos Oficiais de Contas, que repudio. Sei da deficiente preparação de muitos profissionais em áreas que são cruciais, como é o caso do processo e da justiça tributária, hoje fundamentais no funcionamento das empresas. Sei das enormes dificuldades e do esforço que os jovens despendem para o desempenho da profissão. Sei das dificuldades de compreensão por parte dos empresários sobre as funções do TOC. Sei de tudo isso. Mas também sei que a situação a que chegamos tem sido, em muitos casos, mais consentida do que consequência da pressão deste ou daquele factor.

A tradicional dependência de factores que nos são externos e o acumular de hábitos facilitistas são alguns dos grandes obstáculos à nossa afirmação profissional.

À segurança na interpretação das normas não deve corresponder uma clausura na nossa verdade, mas sim uma oportunidade de discutir com outros as diferenças de interpretação.

O domínio esclarecido das questões conduzirá, indiscutivelmente, ao papel fundamental que o TOC deve desenvolver junto do seu maior empregador: as pequenas e as médias empresas, onde desempenhará não o papel de guardador e tratador de documentos contabilísticos, mas sim um parceiro dos empresários nas tomadas de decisão.

Desde a constituição da Câmara que tenho sido o responsável máximo pela equação e assimilação destas questões e, talvez por isso, as compreenda numa dimensão diferente de muitos outros colegas. É possível que nem sempre tenhamos feito a melhor opção sobre determinadas soluções, mas a verdade é que tudo o que nos conduziu ao momento actual não é o porto de chegada, mas sim o de partida.

Cada dia traz-nos novos desafios, novas realidades. Só mantendo vivo o sonho encontraremos força para prosseguir. ■